



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS

[Fundação Centro de Hematologia e  
Hemoterapia do Estado de Minas  
Gerais]

[Presidência]

**PORTRARIA PRE Nº 333, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021.**

*Estabelece normas para seleção, captação e recebimento de doações no âmbito da Fundação Hemominas.*

A Presidente em exercício da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais - HEMOMINAS - no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso I, do art. 7º, do Decreto nº 48.023, de 17/08/2020 e delegação constante da Portaria PRE nº 240, de 26/08/2020, e considerando as disposições do Decreto nº 47.611, de 23/01/2019, atualizado pelo Decreto nº 47.700, de 19/08/2019, Decreto nº 45.242, de 11/12/2009, Lei nº 22.440, de 21/12/2016, Decreto nº 47.334, de 29/12/2017, Deliberação CONSEP nº 10, de 06/05/2009 e Deliberação CONSEP nº 012, de 10/12/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer as normas para seleção, captação e recebimento de doações de bens e serviços, no âmbito da Fundação Hemominas.

Parágrafo Único - As doações terão por objetivo a execução de programas, projetos ou ações de interesse público no âmbito da Fundação Hemominas e poderão ser formalizadas por pessoas físicas, pessoas jurídicas privadas, nacionais ou estrangeiras, e organismos internacionais.

Art. 2º - Designar a Comissão responsável pela seleção, captação e recebimento de propostas de doações, no âmbito da Fundação Hemominas, com a finalidade de avaliar, identificar e recomendar os doadores, visando a realização de eventos técnico-científicos, culturais e sociais, composta pelos seguintes servidores, sob a Coordenação da primeira:

I - Maria Isabel Pereira de Castilho Rafael Maia	MASP 1092993-3;
II - Maria José Sousa Pereira Trancoso	MASP 916802-2;
III - Juliana Pessoa Pinheiro de Azevedo	MASP 1.050.775-4;
IV - Thiago Sindeaux	MASP 1.174.986-
V - Ariane Linhares Nogueira	MASP 1291793-6.

8;

Parágrafo Único - A Comissão tem duração permanente, devendo sua composição ser alterada no máximo a cada 4 (quatro) anos.

Art. 3º - Compete à Comissão as seguintes atribuições:

I - publicar anualmente, ou em períodos oportunos, na página do sítio eletrônico oficial da Fundação Hemominas, comunicado com chamamento geral ou específico tornando público que a Fundação Hemominas tem interesse de assegurar doadores para diversos eventos ou ações institucionais;

II - avaliar as alternativas de alocação dos recursos provenientes de doações, que quando destinados a treinamentos deverão seguir os critérios das normas pertinentes;

III - informar à Assessoria de Comunicação Social os doadores para que os mesmos possam ser destacados como organizações que apoiaram o evento, sendo que este destaque poderá ser registrado em "folders", "camisetas", "banners", cartazes etc., quando cabível tal divulgação, considerando a vedação disposta no art. 23 do Decreto nº 47.611/2019;

IV - estabelecer os critérios de captação de doadores, que deverão seguir o disposto abaixo:

1. fornecedor geral da Fundação Hemominas – a doação deverá ser captada pela Administração Central, e a distribuição dos recursos conseguidos com este tipo de fornecedor deverá ser feita entre as unidades regionais de acordo com o tamanho da mesma e, para a realização de eventos relacionados à doação de sangue, deverá ser observado o número de candidatos à doação que comparecem a unidade;
2. fornecedor local – a doação será captada pela Unidade da Fundação Hemominas – UFH, após parecer da Comissão;
3. não fornecedor - a doação será captada pela Unidade que tiver o contato com a empresa;
4. quando se tratar de brindes, cada Unidade gerenciará os brindes recebidos, respeitando a recomendação do Ministério da Saúde que permite a distribuição apenas entre candidatos à doação e não doadores efetivos;
5. em qualquer situação, deverá ser preenchido um formulário-padrão contendo, no mínimo, os dados do doador, as características do evento, e o valor de mercado do bem ou serviço oferecido em doação, para controle da Comissão;
6. quando houver doação de bem, apresentar nota fiscal ou documento que comprove sua propriedade e declaração de que em relação a ele não existem demandas administrativas ou judiciais;
7. quando houver doação de serviços, documento que comprove a capacidade para prestação dos serviços ofertados.

Art. 4º - O comunicado de chamamento público geral ou específico conterá, no mínimo:

I - a forma e prazo de recebimento das propostas;

II - os requisitos da proposta, que deve conter, no mínimo: a identificação do subscritor, descrição do bem ou serviço, quantitativo e valor de mercado;

III - o evento institucional que se pretende realizar;

IV - as condições para participação e a exigências pertinentes;

V - as vedações, quando cabíveis, especialmente as referidas no art. 20, do Decreto nº 47.611/2019, e eventuais conflitos de interesse, nos termos da Lei nº 22.440, de 21/12/2016, Decreto nº 47.334, de 29/12/2017, da Deliberação CONSEP nº 10, de 06/05/2009, e Deliberação CONSEP nº 012, de 10/12/2009;

## VI – minuta de termo de doação.

Art. 5º - O edital de chamamento público será divulgado, na íntegra, em página do sítio eletrônico oficial da Fundação Hemominas, e deverá ser publicado em extrato aviso de abertura do chamamento no Diário Oficial do Estado, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de recebimento das propostas, nos termos previstos no Edital.

Art. 6º - A seleção e captação de doações de bens e serviços, no âmbito da Fundação Hemominas, previstas nesta Portaria, observarão as exceções previstas na alínea “a”, do inciso III e o inciso IV do § 2º, e o § 3º, ambos do art. 1º, do Decreto nº 47.611, de 23/01/2019, com a redação dada pelo Decreto nº 47.700, de 19/08/2019, especialmente quanto ao valor mínimo previsto nos incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

Art. 7º - As receitas provenientes de doações por se classificarem como receitas extraorçamentárias deverão seguir o disposto no artigo 54 do Decreto 37.924, de 16 de maio de 1996 e artigo 3º do Decreto nº 39.874, de 03/09/98.

Parágrafo único - Os pagamentos a fornecedores com os recursos financeiros provenientes de doações deverão ser feitos de acordo com o artigo 41 do Decreto 37.924, de 16/05/1996 e artigo 2º do Decreto nº 39.874, de 03/09/1998.

Art. 8º - A homologação do resultado do chamamento público e a autorização para o recebimento da doação será efetivada por ato do Presidente da Fundação Hemominas, ao qual compete assinar o Termo de recebimento, procedendo-se a sua publicação no Diário Oficial do Estado, contendo os dados elencados no art. 17, do Decreto nº 47.611, de 23/01/2019.

Art. 9º - Os casos não previstos nesta portaria serão discutidos pela Comissão em conjunto com a Direção da Fundação Hemominas.

Art. 10 - Fica revogada a Portaria PRE nº 366/2021, de 16 de outubro de 2019.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2021.

Maísa Aparecida Ribeiro  
Presidente em exercício da Fundação Hemominas  
Delegação Portaria PRE Nº240, de 26 de agosto de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maísa Aparecida Ribeiro, Presidente (a) em Exercício**, em 29/09/2021, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **35922116** e o código CRC **B6F42DCD**.

**MINAS GERAIS**

municípios de atendimento que adotarem valor diferenciado da tabela SUS para processamento dos procedimentos para catarata, com recurso federal, no período de junho de 2017 a junho de 2019 com financiamento FAEF;

- a necessidade de otimizar a operacionalização do acesso às cirurgias eletivas no âmbito do Estado de Minas Gerais, bem como cumprir as diretrizes dispostas na Portaria MS/GM nº 3.641, de 21 de dezembro de 2020;

- o Ofício nº 226/2021, de 29 de setembro de 2021, do Conselho das Secretárias Municipais de Saúde - COSEM/SMS;

- a Portaria PRE nº 333, de 29 de setembro de 2021, do Conselho das Secretárias Municipais de Saúde - COSEM/SMS;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.333, de 13 de novembro de 2019, que aprova o Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais (CIB-SUS/MG), das Comissões Intergestoras Bipartite Macroregionais (CIB Macro) e das Comissões Intergestoras Bipartite Microrregionais (CIB Micro) do Estado de Minas Gerais.

**DELIBERAÇÃO:**

Art. 1º - Fica aprovado o remanejamento de recursos financeiros da Portaria MS/GM nº 3.641, de 21 de dezembro de 2020, para o custeio de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade no Estado de Minas Gerais, no exercício de 2021.

Parágrafo único - As diretrizes estabelecidas neste documento substituem as alocadas pelas Deliberações CIB-SUS/MG nº 3.333, de 18 de fevereiro de 2021, para o custeio de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade no Estado de Minas Gerais, no exercício de 2021.

Parágrafo único - As diretrizes estabelecidas neste documento substituem as alocadas pelas Deliberações CIB-SUS/MG nº 3.333, de 18 de fevereiro de 2021, para o custeio de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade no Estado de Minas Gerais, no exercício de 2021.

Art. 2º - A distribuição dos recursos estabelecidos pela Portaria MS/GM nº 3.641/2020 por gestor executor, atualizada conforme os remanejamentos aprovados nesta Deliberação, constam em Anexo II.

Art. 3º - O termo de execução da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.333/21 é apresentado ao Poder Executivo.

Art. 4º - Fica suspensa a vedação imposta pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.333/21 aos Municípios de Januária, Uberaba e Vespasiano, uma vez que não receberam do Ministério da Saúde os valores de tabela diferenciada cobradas pelas cirurgias de catarata realizadas entre 2017 e 2019, passando a figurar entre os gestores executores dos recursos da Portaria MS/GM nº 3.641, para o ano de 2021, nos termos desta Deliberação.

Art. 5º - Em conformidade com o § 1º do art. 3º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.333, de 18 de fevereiro de 2021, o Município de Várzea da Palma é considerado executor.

Parágrafo único - O referido Município havia sido excluído indevidamente do rol de executores definidos pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.333/21.

Art. 4º - Os limites financeiros de que tratam o artigo 1º terão validade a partir de publicação da portaria específica pelo Ministério da Saúde, conforme definido pelo § 3º do artigo 2º da Portaria MS/GM nº 3.641, de 21 de dezembro de 2020.

Art. 5º - Fica revogada a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.512, de 17 de junho de 2020, que aprova o remanejamento de recursos financeiros da Portaria MS/GM nº 3.641, de 21 de dezembro de 2020, para o custeio de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade no Estado de Minas Gerais, no exercício de 2021, e dá outras providências.

Art. 6º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2021.  
FÁBIO BACCHERETTI VITOR  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE  
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

**ANEXOS I, II, III e IV DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG N° 3.550, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).**

29 1537910 - 1

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE DECISÃO FINAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO DVA/SVS N°. 39/2014**

Em cumprimento ao disposto na Lei 13.317 de 24 de setembro de 1996, art. 123, parágrafo único, a Diretoria de Vigilância em Alimentos e Seus Derivados, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, torna pública a DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário DVA/SVS nº. 39/2014, conforme se segue:

Empresária: Mauro Jerônimo da Silva - EPP.

CNPJ: 59.615.773/0001-25

Município: Franca

Unidade Federativa: São Paulo

Data da Decisão: 29 de julho de 2015

Autoridade Prolatora: Angela Ferreira Vieira - Diretora de Vigilância Sanitária em Alimentos, MASP: 1372996-7

Disponibilizado para consulta e transmissão: Resolução RDC nº 14, de 28 de junho de 2014, Art. 16, inciso V, alínea "b"; RDC nº 17, art. 1º.

Infração: produzir, manipular, embalar, reembalar, transportar ou vender o produto; pimenta do reino moída, marca: K- Delícia, data de validade: 11/06/2016, Lote 578, sujeito ao controle sanitário, contrariando as condições higiênico-sanitárias e à legislação, em virtude do fato de não obedecer, em sua composição ao disposto no Regulamento técnico que estabelece os requisitos mínimos para avaliação de matérias estruturais macroscópicas e microscópicas em alimentos e bebidas e seus limites de tolerância, devido a presença de fragmentos de insectos e de outros animais, de detritos e de impurezas. Práticas, acima do limite estabelecido, conforme comprovado pelo laudo de Análise nº 3004/04/2014, emitido pela Fundação Escola Paulista, Laboratório Central de Saúde Pública deste Estado (Lacen/MG).

Tipificação: Lei 13.317 de 24 de setembro de 1999, art. 99, Inciso XII

Decisão Final: Advergência e Multa no valor de 600 UFEMG (600 Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais)

Publique-se.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2015  
Angela Ferreira Vieira  
Diretora de Vigilância em Alimentos  
MASP: 1372996-7

29 1537756 - 1

**EXPEDIENTE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**

REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea "b", da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias servidores: MASP: 1476539-3, FLAVIA CRISTINA DE OLIVEIRA, a partir de 21/09/2021; MASP: 317316-8, ROSMARY DE ARAUJO ANDRADE, CANTUARVILLE, a partir de 20/09/2021.

CONFERÊNCIA DE GESTÃO, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, por um período de 120 dias, as servidores: MASP: 1395774-9, LIVIA SANTOS MAIA CUSTODIO, a partir de 25/09/2021; MASP: 1204959-4, TATIANA MARIA MENDES BARBOSA, a partir de 27/09/2021.

PRORROGA REDUÇÃO DA HORÁRIA DE TRABALHO, de vinte horas semanais, nos termos do art. 1º da Lei 9.401, de 16/12/1986, por seis meses a: Masp: 1205240-4, TATIANA GOMES VEIRIA FONSECA, a partir de 25/09/2021.

29 1537993 - 1

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL  
FÉRIAS PRÉMIO - RETIFICAÇÃO  
RETIFICA O (S) ATÓ (S) de gozo de férias-prêmio referente ao (s) servidor (es): MASP: 1258158-3, PATRICIA LIMA MAGALHÃES, publicado em 25/06/2021, onde se lê: por 15 dia (as) referente ao 1º quinquênio, a partir de 10/2021, leia-se por 15 dia (as) referente ao 1º quinquênio, a partir de 20/12/2021.

29 1537980 - 1

**DIÁRIO DO EXECUTIVO**
**Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS**

Presidente: Júnia Guimarães Mourão Ciolfi

**PORTARIA PRE nº 333, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021.**  
Estabelece normas para seleção, captação e recebimento de doações no âmbito da Fundação Hemominas.

A Presidente em exercício da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais - HEMOMINAS - no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso I, do art. 7º, do Decreto nº 48.023, de 17/08/2020 e de regulamentação da Portaria MCTI nº 240, de 23/09/2019, autoriza a captação e recebimento de doações no âmbito da Fundação Hemominas, com a seguinte estrutura:

Art. 1º - Estabelecer as normas para seleção, captação e recebimento de doações de bens e serviços, no âmbito da Fundação Hemominas.

Parágrafo Único - As doações terão por objetivo a execução de programas, projetos ou ações de interesse público no âmbito da Fundação Hemominas e poderão ser formalizadas por pessoas físicas, pessoas jurídicas privadas, nacionais ou estrangeiras, e organizações internacionais.

Art. 2º - Designar a Comissão responsável pela seleção, captação e recebimento de propostas de doações, no âmbito da Fundação Hemominas, com a finalidade de avaliar, identificar e recomendar os doadores, assim como a realização de eventos técnico-científicos, culturais e sociais, compostos pelos seguintes servidores, sob a Coordenação da primeira:

I - Maria Isabel Pereira de Castilho Rafael Muiá - MASP 1092993-3;

II - Maria José Souza Pereira Trancoso - MASP 9168002-2;

III - Juliana Pesssoa Pinheiro de Azevedo - MASP 1050.775.4;

IV - Thiago Sinedraxe - MASP 1.174.986-5;

V - Ariane Linhares Nogueira - MASP 1291793-6.

Parágrafo Único - A Comissão tem duração permanente, devendo sua composição ser alterada no máximo a cada 4 (quatro) anos.

Art. 3º - Compete à Comissão as seguintes atribuições:

I - publicar anualmente, ou em períodos oportunos, na página do site eletrônico oficial da Fundação Hemominas, comunicado com chamada geral ou específico fornecido público, que a Fundação Hemominas tem interesse de assegurar doadores para diversos eventos e ações institucionais;

II - avaliar as alternativas de alocação dos recursos provenientes de doações, que quando destinados a treinamentos deverão seguir os critérios das normas pertinentes;

III - informar à Assessoria de Comunicação Social os doadores para que os mesmos possam ser destacados como organizações que apoiaram o evento, sendo que este destaque poderá ser registrado em "folders", "camisetas", "banners", cartazes etc., quando cabível tal divulgação, considerando a vedação disposta no art. 23 do Decreto nº 47.611/2019;

IV - establecer os critérios de captação de doadores, que deverão seguir o disposto abaixo:

I - fornecida geral da Fundação Hemominas - a doação deverá ser captada pela Administração Central e a distribuição das unidades de serviços, com exceção daquelas que possam ser destinadas para a realização de ações de saúde;

II - fornecer local - a doação será captada pela Unidade da Fundação Hemominas - HFM, após parecer da Comissão;

III - não fornecedor - a doação será captada pela Unidade que tiver o contato com a empresa;

IV - quando se tratar de brindes, cada Unidade gerenciará os brindes recebidos, respeitando a recomendação do Ministério da Saúde que permite a realização de ações de sangue, deverá ser observado o número de candidatos à doação que compreendem a unidade;

V - quando houver doação de bens, apresentar nota fiscal ou documento que comprove sua propriedade e declaração de que em relação a ele não existem demandas administrativas ou judiciais;

VI - quando houver doação de serviços, documento que comprove a capacidade para prestação dos serviços ofertados.

Art. 4º - O comunicado de chamamento público geral ou específico, conterá, no mínimo:

I - a forma e prazo de recebimento das propostas;

II - os requisitos da proposta, que deve conter, no mínimo: a identificação do subscritor, descrição do bem ou serviço, quantitativo e valor de mercado;

III - quando houver doação de bens e serviços, a indicação de que é feita em nome da unidade de serviços, com exceção da realização de ações de sangue;

IV - as condições para participação e as exigências pertinentes;

V - as vendas, que cabíveis, especialmente as referidas no art. 20, do Decreto nº 47.611, de 23/09/2019, e eventuais conflitos de interesse, nos termos da Lei nº 22-240, de 21/12/2016, Decreto nº 47.334, de 29/12/2017, da Deliberação CONSEF nº 10, de 06/05/2009, e Deliberação CONSEF nº 012, de 10/12/2009;

VI - minuta de termo de doação.

Art. 5º - O editorial de chamamento público será divulgado, na íntegra em página do site eletrônico oficial da Fundação Hemominas, e deverá ser publicado em extrato de abertura do chamamento no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de recebimento das propostas, nos termos previstos no Edital.

Art. 6º - A seleção e captação de doações de bens e serviços, no âmbito da Fundação Hemominas, previstas nesta Portaria, observarão as exceções previstas na alínea "a", do inciso III e o inciso IV de 2º e o § 3º, ambos do art. 1º, do Decreto nº 47.611, de 23/09/2019, especialmente quanto ao valor mínimo previsto nos incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21/09/1993.

Art. 7º - As receitas provenientes de doações por que classificarem como receitas extraordinárias deverão seguir o disposto no artigo 54 do Decreto nº 37.924, de 16 de maio de 1996 e artigo 3º do Decreto nº 39.874, de 03/09/98.

Parágrafo único - Os pagamentos a fornecedores com os recursos financeiros provenientes de doações deverão ser feitos de acordo com o artigo 41 do Decreto nº 37.924, de 16/05/1996 e artigo 2º do Decreto nº 39.874, de 03/09/1998.

Art. 8º - A homologação do resultado do chamamento público e a autorização para o recebimento da doação serão efetivadas por ato do Presidente da Fundação Hemominas, ao qual competirá assinar o Termo de recebimento, procedendo-se a sua publicação no Diário Oficial do Estado, contendo os dados elencados no art. 17, do Decreto nº 47.611, de 23/09/2019.

Art. 9º - Os casos não previstos nesta portaria serão discutidos pela Comissão em conjunto com a Diretoria da Fundação Hemominas.

Art. 10 - Fica revogada a Portaria PRE nº 366/2021, de 16 de outubro de 2019.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2021.  
Maiara Aparecida Ribeiro  
Presidente em exercício da Fundação Hemominas  
Delegação Portaria PRE nº 240, de 26 de agosto de 2020

29 1537743 - 1

Portaria NUCAD/SEE nº 170/2021-RECONDUÇÃO DA COMISSÃO

O(A) Presidente da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais exerceu, a pedido, nos termos da Lei nº 869, de 3 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, FERNANDO DE PAULA AVILA, MASP 11809480, do cargo de provimento em comissão DAL-19 CH1100110, a contar de 23/9/2021.

O(A) Presidente da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 3 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, RAFAEL RIBEIRO LOPES, MASP 1205304-21, para o cargo de provimento em comissão DAL-19 CH100110, de recrutamento limitado.

29 1537948 - 1

**Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG**

Presidente: Renata Ferreira Leles Dias

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FHEMIG no uso das atribuições legais, tendo em vista a análise das atribuições que lhe confere a Portaria Presidencial nº 1479, de 24 de agosto de 2018, publicada em 25/08/2018, REVOGE A PEDIDO, nos termos do art. 8º da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, (aqui referida como "Lei nº 869"), de 27 de janeiro de 2011, ANDRÉA CRISTINA IGNACIO, MASP 13638382, ADM 1. TOS-1-C-Auxiliar Administrativo, com cargo na Maternidade Lins/HM/AL para dirigir a Coordenação de Gestão de Pessoas do Hospital João XXIII/HJXXIII, a partir da data de publicação.

Leonan Felipe dos Santos

Diretor de Gestão de Pessoas

29 1537527 - 1

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FHEMIG no uso das atribuições legais, tendo em vista a análise das atribuições que lhe confere a Portaria Presidencial nº 1479, de 24 de agosto de 2018, publicada em 25/08/2018, REMOVE A PEDIDO, nos termos do art. 8º da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, assegurada efetivamente ANDRÉA CRISTINA IGNACIO, MASP 13638382, ADM 1. TOS-1-C-Auxiliar Administrativo, com cargo na Maternidade Lins/HM/AL para dirigir a Coordenação de Gestão de Pessoas do Hospital João XXIII/HJXXIII, a partir da data de publicação.

Leonan Felipe dos Santos

Diretor de Gestão de Pessoas

29 1537727 - 1

**DESPACHO**

A Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a análise das atribuições que lhe confere a Portaria Presidencial nº 1642/2019 com extrato publicado no Diário Oficial do Estado em 07/11/2019, para a eventual insuficiência do serviço de Anestesiologia da Maternidade Odete Valadares (MVM) no plantão diurno (07:00 hrs a 19:00) do dia 12/08/2019, fato este investigado pela Gerência de Gestão da Unidade Seccional de Controle de Infecção (USCI) da Fhemig e para o qual foi emitido uma Nota de Autorização (NDA) nº 1642/2019, com extrato publicado no Diário Oficial do Estado em 07/11/2019, para a devolução e conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, pelas razões aduzidas no Parecer.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2021

Renata Ferreira Leles Dias

Presidente

29 1537420 - 1

O(A) Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa LADY KELLY MARTINS CANTUARVILLE, MASP 12844460, da função gratificada FGH-2 I HO22 para dirigir a Coordenação da Unidade de Pacientes Externos do Instituto Raul Soares.

O(A) Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa THAIS EMILIA DOS SANTOS LIMA, MASP 13676408, da função gratificada FGH-1 I HO19.

O(A) Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa JOANA DARC PEREIRA, MASP 13082169, da função gratificada FGH-3 III HO04.

O(A) Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa KENIA CRISTINA DA SILVA, MASP 13082169, da função gratificada FGH-3 III HO04.

O(A) Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa ROBERTA SOARES DA SILVA, MASP 1355078-5, para a função gratificada FGH-2 I HO22 para dirigir a Central de Serviços em Gestão de Pessoas.

O(A) Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa VANESSA LUCIANA SOUZA, MASP 10916842, para a função gratificada FGH-2 I HO21 para dirigir a Coordenação de Gestão de Pessoas do Hospital Galba Veloso.

O(A) Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa ANGELA TORQUATO SANTOS, MASP 1284361-1, para a função gratificada FGH-3 II HO04 para dirigir o Núcleo de Risco do Hospital Galba Veloso.

O(A) Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa JULIA FIGUEIREDO GOYTACAZ SANT'ANNA, MASP 1302109292310500121, para a função gratificada FGH-2 I HO24 para dirigir a Coordenação de Gestão de Pessoas do Hospital Galba Veloso.

29 1537947 - 1

**Secretaria de Estado de Educação**

Secretaria: Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna

**Expediente**

PORTARIA NUCAD/SEE Nº 170/2021-RECONDUÇÃO DA COMISSÃO

A Secretaria de Estado Adjunta de Educação, no uso da competência delegada por meio da Resolução SEE Nº 4.548/2021, de 28-4-2021, tendo em vista os motivos apresentados pelos atuais presidentes dos processos administrativos disciplinares instaurados pelas portarias abaixo indicadas, RESOLVE reconduzir as comissões processantes vigentes pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir do término do prazo fixado no último ato de prorrogação/recondução da Comissão.

Portaria de Instauração	Última recondução	Unidade
Portaria NUCAD/SEE nº 88/2019, publicada em 11/12/2019	04/08/2021	SRE Coronel Fabriciano
Portaria NUCAD/SEE nº 32/2020, publicada em 21/08/2020		

